

Fórum das Seis define próximos passos da Campanha Salarial

A reunião do Fórum das Seis, no dia 10/2, foi marcada por um sentimento comum de indignação com o Cruesp, que sequer respondeu ao pedido para que fosse convocada uma reunião para tratar da reivindicação das entidades de um abono salarial de 25%.

Além disso, os reitores ainda não enviaram as planilhas do orçamento de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, pretendendo criar obstáculos à demonstração de que existe folga orçamentária para um reajuste salarial ou para o abono reivindicado. Tais demonstrativos não são tornados públicos justamente para que não fique claro que o comprometimento com salários está abaixo do normal, especialmente na USP.

Na reunião de 10/2 foi definida uma agenda para os próximos passos da campanha salarial. Também foi marcada para o dia 24/2, na sede da Adusp, uma nova reunião, para avaliar a situação e as ações a serem tomadas quanto à reforma da Previdência.

A partir daí, até 18/3, cada entidade deverá discutir individualmente sua lista de indicativos para as ações do Fórum e organizar suas propostas. O Fórum, que se reunirá mais uma vez, no dia 20/3, para discutir o encaminhamento conjunto das propostas, insiste na importância de haver uma definição, na data-base, de uma política clara de recuperação salarial ao longo do ano.

Perdas

Desde já, a diretoria da

Adusp pretende colocar em debate no Conselho de Representantes (CR) a proposta de recuperação de perdas acumuladas devido à inflação entre abril de 2002 e abril de 2003, mais uma diferença de 1,43% relativa à inflação que não foi coberta no reajuste de 8% dado ano passado.

Reajuste trimestral

A proposta da diretoria

da Adusp é de um reajuste trimestral que tenha como base tanto o crescimento da massa de arrecadação quanto a inflação no período, utilizando o índice que for menor, com participação de 90% para salários e 10% para custeio.

Essa proposta será discutida na segunda-feira, dia 17/2, no CR, e entrará em pauta na Assembléia da Adusp a acontecer no próximo dia 26/2.

Participação

A Adusp continua insistindo: sua participação é importante e faz diferença. A perspectiva é de que, mantida a média inflacionária dos últimos seis meses, nosso poder aquisitivo cairá atingindo um patamar similar ao de maio de 2000. O sucesso de nossa campanha salarial depende do envolvimento dos colegas. Participe! Venha à assembléia de 26/2.

Protesto contra o descaso

O coordenador do Fórum das Seis, professor Ciro Correia, enviou ao presidente do Cruesp, professor José Carlos Trindade, o seguinte ofício:

“Prezado Sr.

No dia 19/12/2002, por ocasião da reunião entre os técnicos do Cruesp e do Fórum das Seis, as entidades do Fórum demonstraram a possibilidade de ser concedido um abono de 25% no mês de dezembro, utilizando-se para tanto exclusivamente dos recursos adicionais do ICMS advindos do programa de anistia fiscal promovido pelo Estado.

Esclarecemos ainda que esse dispêndio adicional equivaleria ‘a não mais do que 86% dos valores oriundos do mencionado programa de anistia fiscal’, preservando, portanto, a participação entre salários e custeio das universidades.

Em seguida foi protocolado ofício ao secretário-executivo do Cruesp, Prof. Luiz Antonio Vane, reivindicando o imediato pagamento desse abono e solicitando agendamento de reunião de negociação com o Cruesp a esse respeito.

Senhor presidente, transcorridos quase dois meses, ainda não obtivemos respos-

ta oficial à nossa solicitação. Por isso estamos reiterando a reivindicação apresentada e a necessidade da marcação da reunião entre as entidades do Fórum das Seis e o Cruesp.

Por oportuno, vimos ainda protestar por até o momento não termos recebido as planilhas das liberações financeiras e folhas de pagamento das universidades relativas ao mês de janeiro de 2003, pedindo que também nos sejam enviadas com urgência.

Atenciosamente,

Prof.Dr. Ciro Teixeira Correia”

Assembléia da Adusp no dia 26/2

A Adusp convoca todos os seus associados para a assembléia a ser realizada no dia 26/2, às 19 horas, no anfiteatro da História.

Entrarão em pauta os seguintes assuntos, entre outros:

- Campanha Salarial
- Previdência
- Congresso da Andes e Delegação da Adusp

Fórum das Seis entrega a Berzoini manifesto em defesa da Previdência

O coordenador do Fórum das Seis, professor **Ciro Correia**, entregou ao ministro da Previdência Social, **Ricardo Berzoini**, o manifesto "Previdência Pública e justa: em defesa dos funcionários públicos". Berzoini recebeu o manifesto durante a intervenção do professor **Ciro** no debate ocorrido no dia 3/2, no Instituto de Previdência do Município, com a participação de cerca de 200 sindicalistas, ligados em sua maioria ao setor público.

O ministro apresentou um diagnóstico da Previdência Social, disponível no sítio do Ministério na Internet, e abriu o debate. No entanto, somente um pequeno número de representantes sindicais pôde manifestar-se, de acordo com as regras estabelecidas pelos organizadores. As entidades inscritas para o debate foram escolhidas por sorteio. Várias das entidades presentes sequer haviam sido convidadas para o evento, caso do Fórum das Seis.

Protesto

Após um protesto de representantes sindicais que se sentiram preteridos, os organizadores permitiram quatro

novas inscrições: a do Fórum das Seis, da Confederação Nacional de Servidores Federais e de outras entidades ligadas à CUT e que, em suas intervenções, apresentaram forte crítica tanto à proposta de supressão do direito à aposentadoria integral, quanto à estigmatização do funcionário público como "privilegiado".

Na sua fala, o professor **Ciro Correia** lembrou os baixos valores das aposentadorias, tanto no setor privado quanto no setor público. Denunciou o fato de que a cifra apresentada como desequilíbrio do sistema, de R\$ 17 bilhões, é pequena diante dos R\$ 110 bilhões de juros pagos ao setor financeiro, sendo este o verdadeiro interessado em privatizar a Previdência. O coordenador do Fórum das Seis defendeu a Previdência pública, com aposentadoria integral e em paridade com



Professor **Ciro** entrega manifesto ao ministro **Berzoini**

os salários da ativa, no setor privado e no setor público (leia mais sobre a reunião de 3/2 no Jornal do Fórum das Seis, edição de fevereiro).

Fórum Paulista

Um grupo de 18 entidades sindicais do setor público, entre as quais se inclui a Adusp, reuniu-se no dia 3/2 na sede do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência

de São Paulo (Sindifisp-SP) e criou o Fórum Paulista das Entidades em Defesa da Previdência Social.

As entidades que desejarem participar do Fórum Paulista devem aderir aos seguintes princípios: 1) integralidade na aposentadoria; 2) paridade entre ativos e aposentados; e 3) não cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados.

Andes-SN reúne-se com titular da SESu

No dia 13/2, a direção do Andes-SN, representada pelos professores **José Domingues**, **José Zaço** e **Marlon Melo**, reuniu-se com o secretário de Ensino Superior do MEC, professor **Carlos Antunes**, o chefe de gabinete, **Jorge Gregory**, e o assessor **José Geraldo**.

O professor **Antunes** informou que havia solicitado o encontro para explicitar a intenção da Secretaria de Ensino Superior (SESu) de trabalhar em conjunto com as entidades da educação e, sobretudo, com o Andes-SN. Afirmou também que, como já havia sido dito pelo Presidente da República e pelo Ministro da Educação, este governo quer deixar sua marca na Universidade. Falou da importância da defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade e do

compromisso da SESu nesse sentido.

A representação do Andes lembrou a visita que o professor **Christóvão Buarque** fez ao Andes-SN, em 26/12, e informou que a entidade aguarda uma resposta ao pedido de audiência protocolado em 10/01, para ouvir a posição do Ministro acerca das reivindicações da categoria, que também foram levadas ao conhecimento do Secretário.

Maior investimento

Os representantes do Andes-SN falaram, ainda, da necessidade de o governo investir mais na educação pública em geral, e em particular nas universidades. Destacaram a necessidade de ampliação de vagas e de abertura de concursos públicos para docentes no ensino superior

e na educação básica. Mencionaram, ainda, a necessidade de investimentos nos hospitais universitários e a questão da incorporação das gratificações, e reiteraram como fundamental e urgente a instalação das mesas de negociação.

Foi dito também pela representação do Andes-SN que só as entidades sindicais cumpriram sua parte do termo de acordo assinado com o MEC e que os docentes, além de encerrarem a greve, repuseram as aulas. O Secretário disse ter anotado todas as observações e que iria empenhar-se para que a discussão tenha continuidade. Propôs uma nova reunião, para meados de março, com o objetivo de estabelecer-se um cronograma para a discussão e a retomada das mesas de negociação.

Otaviano assume INEP e deixa cargo na Adusp

O professor **Otaviano Helene**, 2º vice-presidente da Adusp, solicitou seu afastamento da entidade, no dia 21/1, para assumir a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do governo federal vinculado ao MEC.

GT de fundações amplia temário

Realizou-se no dia 13/2, com a participação do reitor Adolpho Melfi e do chefe de gabinete Celso Gomes, a primeira reunião do grupo de trabalho sobre fundações montado pela Reitoria. O presidente do GT, designado pelo Reitor, é o professor Luiz Nunes, pró-reitor de Pesquisa, que coordenou a reunião.

O GT é constituído por 40 membros, dos quais 20 são representantes de unidades e os demais representam a Adusp (cinco), os estudantes (cinco, sendo quatro representantes discentes nos conselhos centrais e um indicado pelo DCE), os servidores técnico-administrativos (cinco, escolhidos entre os representantes da categoria nas congregações das cinco maiores unidades), as fundações privadas (três) e a administração central (dois).

Participaram da reunião todos os representantes da Adusp no GT: professores Benedito Machado (FMRP), Ciro Correia (IG), João Zanetic (IF), Marco Brinati (EP) e Marcos Magalhães (IME).

Também estiveram presentes os representantes de fundações privadas, professores Juarez Rizzieri (Fipe), Guilherme Ary Plonsky (Fundação Vanzolini) e Irineu Velasco (Fundação Faculdade de Medicina), e a maioria dos representantes de unidades e dos servidores. O DCE decidiu ingressar no GT, e seu representante, Francisco Gaspar, participou da reunião, bem como os RDs Fernanda Fazoli, Thaís Stegle e Tatiana Pavão (veja no quadro os demais nomes do GT).

“Debate franco”

O Reitor abriu a reunião, destacando a importância do GT e pedindo a todos que seja realizado um debate franco, aberto e democrático, que toque nas questões principais e discuta se as fundações são ou não necessárias à USP. O Reitor não excluiu do debate

a FUSP e a Fuvest, lembrando que a USP pode ter ação mais direta sobre essas fundações, uma vez que foram criadas pela própria universidade. Ele acrescentou que a Reitoria dará publicidade aos debates e às atas das reuniões do GT.

Iniciados os trabalhos, o professor Nunes anunciou a intenção de manter o encaminhamento das atividades do GT tal como proposto pela Comissão Especial de Fundações, no tocante ao cronograma e ao temário.

A delegação da Adusp ponderou que, em vez de passar-se imediatamente à discussão dos nomes a serem ouvidos, como proposto pelo presidente do GT, seria necessário rever o temário e o cronograma, para só depois tratar-se da questão das oitivas.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, afirmou ser prioritário discutir em que condições a USP deve ter fundações ou relacionar-se com elas.

Apesar de algumas dificuldades, a controvérsia foi superada, levando-se a voto a proposta da Adusp, que foi aprovada por ampla maioria. Assim, foi acrescentado um novo item ao temário original do GT, que será debatido na seguinte ordem:

- “em que condições a USP deve ter ou deve se relacionar com fundações? Formas alternativas de relacionamento com entidades externas à Universidade”
- “condições em que docente em RDIDP pode dedicar-se a atividades estranhas ao regime”,
- “condições em que cursos são aceitáveis sem aprovação dos Conselhos Centrais”,
- “interferência das fundações nas diretrizes acadêmicas e na administração das Unidades”,
- “condições em que nova fundação pode ser criada e condições em que contratos podem ser feitos com interveniência de outra fundação

que não a FUSP”.

Cada um desses itens será debatido em até duas sessões do GT. A cada item cumprido, realizar-se-á uma sessão para consolidação das propostas. O cronograma foi alongado, podendo os trabalhos do GT estender-se até o final do semestre.

Acesso aos dados

Quanto à necessidade de acesso aos dados financeiros e outros das fundações, a Reitoria argumentou que tais informações são sigilosas. O professor Nunes disse que pedirá um parecer à Consultoria Jurídica, mas concordou em montar uma sala para os participantes do GT que desejarem ter acesso aos dados.

A necessidade de que os membros do GT tenham acesso aos dados foi identificada pela Comissão Especial de Fundações criada pelo Reitor (portaria 909/2002), que sugeriu a criação do GT.

Em seu relatório final, a Comissão concluiu que os “levantamentos Sicap das fundações de apoio à USP ‘conhecidas’ constituem material essencial para conhecimento

de qualquer grupo que venha a debater fundações com racionalidade” e que “a Reitoria deveria disponibilizar esses dados, da forma mais conveniente, para os participantes do debate subsequente”.

O Sicap é um formulário eletrônico desenvolvido pela Fipe para padronizar a coleta anual de dados sobre fundações pelo Ministério Público Estadual. A pedido da Reitoria, as fundações da USP enviaram à Comissão os formulários Sicap relativos a 2001.

Na definição dos nomes para as oitivas, houve consenso quanto à indicação do professor Ciro Correia (Adusp), do promotor das Fundações do MPE, Paulo Palma, dos professores Antonio Massola (FUSP), Irineu Velasco (FFM) e Juarez Rizzieri (Fipe) e de um representante do DCE.

Outros quatro nomes foram definidos por votação: o presidente do Tribunal de Contas do Estado, o titular da Codage, o ex-reitor José Goldenberg e a diretora da FEA, professora Maria Tereza Fleury. Na próxima reunião, em 21/2, ocorrerá a oitava da Adusp.

Representantes das unidades no GT

ECA- Professora Beatriz Lage
 EERP- Professora Maria L. Robazzi
 EESC- Professor João G. de Oliveira
 EP- Professor José Penteado Aranha
 Esalq- Professor Francisco Monteiro
 FCF- Professora Elizabeth Ferreira
 FD- Professora Maria S. Di Pietro
 FEA- Professor Celso de Hildebrand
 FE- Professora Anna P. de Carvalho
 FFLCH- Professor Pablo Mariconda
 FFCLRP- Professor Paulo Donate
 FM- Professor Eduardo Massad
 FMRP- Professor José Antonio Marin Neto
 FOB- Professor Eduardo B. Franco
 IAG- Professor Pedro da Silva Dias
 ICB- Professora Telma Tenório Zorn
 ICMC- Professor Paulo C. Masiero
 IF- Professor Alejandro de Toledo
 IME- Professor Carlos Hummes Jr.
 IQ- Professor Walter Colli

Servidores técnico-administrativos

EP- Marli Bonassa Ruiz
 FD- Anibal Ribeiro Cavali
 FEA- Luiz Álvaro Leão
 FFLCH- Cláudio de Souza
 FM- Paulo Roberto Pereira

CERT tenta legitimar o “desliga-liga” e Adusp aguarda posicionamento do Reitor

A diretoria e o CR da Adusp, em reunião com o Reitor em dezembro de 2002, entregaram-lhe uma relação com os nomes de 39 docentes que haviam sido “desligados” e “reliçados” ao regime, na mesma data, iniciando-se assim um novo período experimental.

Nossa reivindicação à Reitoria é de que estes e todos aqueles que estejam nesta situação sejam considerados em caráter permanente no regime. Argumentamos na ocasião que o mecanismo “desliga-liga” consiste de um recurso de duvidoso fundamento ético e legal, que prolonga o período de experimentação para além do previsto regimentalmente.

A Reitoria respondeu à solicitação da Adusp, no final de janeiro, apenas encaminhando um ofício da CERT: dos 39 docentes, 11 foram recentemente considerados em caráter permanente no RDIDP, quatro não sofreram a aplicação do mecanismo “desliga-liga” e para os restantes 24 “a CERT espera o encaminhamento de solicitação pelo docente (e não pela Adusp), caso este se considere plenamente inserido nas atividades inerentes ao RDIDP, e tenha o devido endosso do departamento e unidade”.

Foi encaminhada cópia do ofício da reitoria aos 39

docentes cujos nomes estão na lista. O mesmo ofício se encontra no site da Adusp.

“Desligamento”

Alguns trechos deste ofício-resposta merecem ser reproduzidos:

“... Preliminarmente, cabe informar que a instituição do mecanismo do ‘desliga-liga’ foi uma maneira que a CERT encontrou, em 1996, para não excluir do RDIDP docentes que, apesar de não se encaixarem no juízo de adequação para pertencerem ao regime, aparentavam potencial de amadurecimento acadêmico a breve prazo. A medida foi julgada juridicamente adequada pela CLR da USP, em reunião de 13/05/1997, e favoreceu algumas centenas de docentes que do contrário teriam perdido sua situação funcional em RDIDP. Em tais casos, a CERT poderia ter determinado o desligamento puro e simples do regime, sem a relicitação simultânea. Fica óbvio que a possibilidade do ‘desliga-liga’ somente veio a favorecer tais docentes, que permaneceram em RDIDP, iniciando entretanto novo período de experimentação”.

Desse modo, a CERT insiste na prática abusiva e anti-regimental de admitir um período experimental superior a 8 anos. É importante mencionar que a Consultoria

Jurídica, em novembro de 2002, nos pareceres 1244/02 e 1246/02 questiona a competência da CERT em religar o docente ao RDIDP por entender que essa solução contraria a lógica do estágio de experimentação, fixado nos artigos 6º a 8º da Resolução 3533/89, uma vez que torna inócuos os prazos ali estabelecidos.

CERT x Reitor

No mesmo ofício, quando analisa o caso dos 24 docentes, a CERT afirma ter aplicado o mecanismo do “desliga-liga”, pois os docentes ou não haviam obtido seus doutorados, ou haviam apresentado “deficiência relativa aos perfis de publicação”.

Ainda que tenhamos dificuldades em creditar o status de “avaliação” aos atos de simples contagem de publicações e mera verificação de obtenção do título de doutor, sem dúvida os pareceres da CERT carregam um cunho de avaliação do mérito do trabalho acadêmico que não condizem com a manifestação do Reitor reiterada em diversas ocasiões, favorável a que a avaliação individual aconteça no âmbito das unidades levando em consideração o conjunto das atividades acadêmicas.

É importante destacar que nos pareceres 1244/02 e 1246/02, a CJ se contrapôs

a duas decisões da CERT, então presidida pelo professor Carlos Humes, de proceder o “desliga-liga”, ocorrido na gestão Marcovitch, com base nos seguintes motivos:

- falta de motivação do parecer da CERT
- falta de critérios acadêmicos para a decisão
- conflito com regras de competência e prazos definidos pelo Conselho de Pós-Graduação.

Este posicionamento fez com que a CERT voltasse atrás em sua decisão e considerasse estes docentes em caráter permanente no RDIDP. No entanto, a despeito da postura assumida pelo Reitor e da manifestação da CJ, a CERT, em seu recente ofício, continua justificando e defendendo o artifício do “desliga-liga” e a extensão do período de experimentação para além do prazo regimental, na maioria das vezes em oposição ao defendido pelas unidades, sem motivação suficiente e sem a devida justificativa.

Por tudo isto, a diretoria da Adusp oficiou novamente ao Reitor explicitando estas contradições e reiterando a solicitação de que todo docente que se encontre há mais de 8 anos em regime de experimentação, no RDIDP ou RTC, seja considerado em caráter permanente no regime, não mais tendo que submeter relatórios à CERT.

**Fortaleça a sua entidade.
Filie-se à Adusp**